



PARTIDO DOS TRABALHADORES

RIO GRANDE DO SUL

Resolução DR – PT/RS N° 36/2014

BALANÇO ELEITORAL DO PT/RS 2014

CENÁRIO NACIONAL

I) Vitória Épica

1. *“A vitória nas urnas é o resultado do sucesso dos nossos Governos Democráticos e Populares que transformaram as políticas públicas e o social como principal eixo para o desenvolvimento, mas é também o resultado do envolvimento direto e da garra dos nossos 1,7 milhões de filiados e filiadas e de milhões de pessoas comprometidas com o nosso projeto que fizeram em cada cidade, em cada bairro e em cada esquina a diferença que nos deu essa vitória. É por isso que governamos para o povo, temos lado.” (Análise do Desempenho do PT – Eleições 2014 – DN)*

2. A presidenta Dilma Rousseff foi reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno naquela que foi a eleição mais polarizada da democracia brasileira desde 1989. A defesa do legado de 12 anos de governo democrático e popular no Brasil nos levou a uma tática eleitoral de polarização no 1º e 2º turnos. No primeiro turno, enfrentamos a candidatura Marina – inflada pela grande mídia e pela tragédia da morte de Eduardo Campos – com o deslocamento do PSB para o campo da direita. Mas foi no segundo turno que enfrentamos nossos mais ferozes adversários: a direita partidária do país, representativa dos interesses da alta classe média e dos setores empresariais aliados do capital financeiro privado.

3. O Partido dos Trabalhadores demonstrou mais uma vez o seu vigor nas urnas, elegendo 5 governadores, a maior bancada na Câmara Federal com 70 deputados, que receberam 13,5 milhões de votos, e a segunda maior bancada no Senado com 14 senadores. Nas Assembleias Legislativas foram 108 cadeiras conquistadas em 25 estados. O resultado eleitoral representa uma grande vitória em condições adversas. Não devemos desconsiderar, no entanto, que reduzimos a nossa votação global em relação aos pleitos anteriores. Esta queda na votação atribui-se principalmente ao processo de criminalização sofrido pelo PT nos últimos 12 anos, colocado em marcha por setores do Judiciário com respaldo da grande mídia, que serviu para impulsionar o crescimento do pensamento conservador em nossa sociedade.

4. A Editora Abril atuou como partido político aliado de Aécio Neves, de forma explícita no segundo turno, ao antecipar em dois dias a edição da Revista Veja do fim de semana da votação, forjando uma notícia de capa que tentava implicar Lula e Dilma nas denúncias de desvio de recursos da Petrobras. Mas não foi só isso: a editora mandou produzir cartazes e outdoors com a capa mentirosa por todo o país. E mais: milhões de cópias da capa da Revista foram impressas e distribuídas em quase todas as cidades brasileiras, mesmo depois da decisão do TSE de proibir a publicidade da capa, que, inexplicavelmente, aqui no RS levou 10 horas para o TRE determinar o cumprimento da medida. O episódio Veja foi, sem dúvida, uma ação ilegal e golpista da oposição neoliberal aliada a setores da grande mídia.

II) O centro da disputa

5. Desde 2008, a saída dada pelo governo brasileiro à crise econômica internacional aprofundou a rota de colisão com os interesses do capital financeiro privado, ampliando sua contrariedade com o setor financeiro “público”. Exemplo disso foi o crescimento quantitativo e qualitativo do sistema financeiro público com impacto imediato na redução tanto da autonomia do BC quanto da importância dos bancos privados. Pode-se acrescentar ainda o aumento do salário-mínimo em plena crise e a sustentação dos programas sociais, como o Bolsa Família. A orientação da economia adotada pelo governo - mesmo com os limites impostos pelas "chantagens" do mercado e a torcida da direita pela volta do "fantasma da inflação", numa pressão constante pela alta da taxa de juros - colocou o mercado e seus aliados contra Dilma e o PT.

6. Aliada ao capital financeiro internacional, a direita do país buscou, de todas as formas, derrotar nosso projeto nas eleições de 2014. Para isso, contou com os defensores da ditadura militar, da tortura, dos racistas e semi-fascistas, anti-igualitários e anti-libertários de forma ampla e geral. No segundo turno, formou uma ampla frente anti-PT que incluiu o PSB e a Rede. O que uniu esses setores foi a cruzada contra o PT e a esquerda, encoberta pela suposta luta contra a corrupção e contra o perigo bolivariano.

7. Cabe destacar o posicionamento de setores da classe média que assumiram o discurso de direita, conservador, que, em alguns momentos, flertou com ideias fascistas. Não podemos esquecer que esta parcela da classe média, especialmente as classes médias “altas”, não conseguem conviver com os direitos trabalhistas das empregadas domésticas, com a juventude trabalhadora frequentando a mesma universidade que seus filhos, com o povo trabalhador dividindo o mesmo espaço nos aeroportos, hotéis e centros de consumo. Trata-se de um extrato social que vê no direito do outro a ameaça ao seu privilégio. Exemplo disso, foram as publicidades do Simers e o comportamento de boa parte da classe médica, incomodada com o Programa Mais Médicos. Resposta às jornadas de junho, o Programa Mais Médicos, reduziu privilégios, garantindo o atendimento à população até então desassistida, em detrimento dos ganhos individuais desta categoria.

8. Dilma se reelege representando um programa antineoliberal, com forte apelo social por políticas de igualdade e de liberdades. Os interesses políticos e socioeconômicos que representamos englobaram aqueles dos trabalhadores organizados e da maioria do povo, com destaque para a juventude de extração popular que participou das jornadas de junho de 2013. No segundo turno, ampliamos à esquerda com a participação de uma ampla camada de lutadores/as sociais, de militantes petistas de décadas passadas, de jovens militantes de esquerda, de parlamentares do PSOL e de sua militância, além de outros. O que nos uniu foi o combate ao neoliberalismo.

9. O PT não pode abrir mão de construir uma frente de esquerda, com partidos e movimentos, inclusive chamando o PSOL, construindo coletivamente uma pauta programática que contemple a reforma política, a participação popular e a regulamentação da mídia, a taxa das grandes fortunas e as questões dos direitos humanos. Vencemos as eleições com um discurso de esquerda, e é importante uma sinalização para essa base social que saiu às ruas, sobretudo no 2º turno, para impedir a volta do neoliberalismo, e com a expectativa de avançar nas questões relevantes para a militância de esquerda.

III) O terceiro turno e a defesa da democracia

10. A direita e demais representantes do capital financeiro nacional e internacional negam-se a reconhecer o resultado democrático das urnas, abrindo o que promete ser um terceiro e longo turno da disputa. Ao mesmo tempo que promove atos pelo impeachment e até mesmo pela volta da ditadura militar, os setores derrotados nas eleições lançam mão dos mais diversos instrumentos para tentar impor o seu programa de governo à presidenta Dilma, buscando garantir representantes “dos mercados” na condução da política econômica dos próximos quatro anos. Na hora de tentar impor ao país candidato derrotado, no tapetão, não querem diálogo. E, contraditoriamente, querem que a presidenta se submeta ao mercado na indicação da sua equipe econômica.

11. Os mercados financeiros disputam, hoje, uma direção para a política econômica que seja alternativa àquela que foi eleita pela maioria do povo brasileiro: uma economia política não alinhada com o programa vitorioso em 2014. Após a derrota eleitoral, os mercados tentam recuperar supremacia sobre as questões mais fundamentais, como a moeda, os juros, o câmbio, a política salarial, a externa e a fiscal. A direção da Economia e do Planejamento públicos é o novo centro da disputa de rumos. O primeiro grande desafio, portanto, é aprofundar a economia política vitoriosa.

12. O segundo grande desafio é aprofundar a democracia no país. A eleição do Congresso mais conservador de todo o atual período democrático reforça a urgência da reforma do Sistema Eleitoral Brasileiro. Já sabemos, de antemão, que o Congresso eleito nas atuais regras – refém dos investimentos privados das campanhas, favorecido pelo atual modelo de coligações, majoritariamente masculino e branco – não terá qualquer interesse em modificar as regras do jogo em que está ganhando. Precisamos retomar com todas as forças a proposta de uma Assembleia Constituinte Exclusiva para votar a Reforma Política, eliminando o financiamento empresarial das campanhas e implantando o financiamento público, introduzindo o voto em lista pré-ordenada com paridade de gênero, de raça, e fim das coligações proporcionais.

13. Aperfeiçoar o sistema democrático exige, ainda, ampliar os canais de participação da classe trabalhadora, dos novos movimentos sociais, de cidadãos e cidadãs de todas as classes que assumiram uma agenda de combate às desigualdades sociais e regionais que ainda envergonham o país. O atual modelo de execução de obras e investimentos públicos baseado quase que exclusivamente nas relações institucionais entre Poderes e entes federados não dá conta do novo modelo de sociedade, em rede, que exige novas dinâmicas de participação, decisão e prestação de contas. As transferências de recursos da União para entes federados, as emendas parlamentares não permitem que a sociedade seja partícipe do processo decisório da aplicação desses investimentos. As jornadas de junho já cobraram e as urnas exigem a adoção de novos instrumentos de democracia participativa ou um salto de qualidade nos atuais instrumentos. Sobre as emendas parlamentares é importante agir contra a proposta de caráter impositivo ao orçamento. Além disso: o PT precisa enfrentar, no seu 5º Congresso, o debate sobre o fim das emendas parlamentares.

14. O avanço democrático requer que, a exemplo de diversos países no mundo, o Brasil adote um marco regulatório da mídia, a partir da regulamentação do capítulo da Constituição que trata deste tema. A ausência de um marco regulatório permite a convivência com monopólios, concessões controladas por parlamentares e Igrejas além da concorrência das transnacionais de telecomunicações sem qualquer regulamentação. O país não pode mais conviver com partidos políticos camuflados de meios de comunicação, nem com atentados contra a democracia como o que foi cometido pela Revista Veja.

IV) Relação com a nossa base social

15. A defesa do segundo governo da Presidenta Dilma e do programa de governo que apresentamos nas eleições exigirá do PT um patamar de vida orgânica muito superior ao existente hoje. Combinada com esta reestruturação da organização partidária, precisamos promover uma reflexão sobre nossas formas e dinâmicas de participação da militância e de relação com os partidos aliados e os movimentos sociais, que nos propicie formas coletivas e horizontais de construção das lutas e plataformas.

16. Tecla batida e rebatida ao longo dos últimos 12 anos, o tema da ética e do enfrentamento a corrupção merecem especial atenção do PT. Precisamos combinar ações em dois planos. No institucional, com a implantação do programa de combate à corrupção proposto pela presidenta Dilma na campanha eleitoral, combinado com uma postura da bancada petista no Congresso Nacional que refute acordos com setores da direita diante dos processos de investigação de denúncias de corrupção. Apesar dos governos Lula e Dilma terem dado condições estruturais para o trabalho da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da União, no imaginário popular a marca da corrupção é associada aos nossos governos.

17. No plano partidário, com mais agilidade das direções partidárias para reunir e deliberar sobre o envolvimento de filiados(as) em processos de corrupção. Nosso Estatuto prevê, em seu artigo 246, a medida cautelar de afastamento de filiados envolvidos em denúncias com forte repercussão pública na imprensa, que atinjam a imagem do PT. Esse instrumento tem que ser utilizado sem prejuízo à ampla e legítima defesa dos denunciados/indiciados dentro e fora do PT, com o objetivo maior de dialogar com a maioria da população brasileira que demonstrou nas urnas que ainda vê no PT um partido diferente dos demais.

18. Nossa reflexão, no entanto, tem que reconhecer o afastamento da nossa base social de um importante setor da classe média frente ao envolvimento do Partido em denúncias de corrupção. Durante décadas de construção do Partido dos Trabalhadores aglutinamos setores significativos da classe média que se identificava com a postura ética diferenciada do PT na política brasileira. Nos últimos 12 anos, a mídia golpista e a falta de atitudes mais enérgicas da direção partidária em algumas situações, consolidaram, no senso comum, a ideia de que o PT é um partido igual aos outros. As mais recentes denúncias e vazamentos em torno da Operação Lava-Jato exigem do PT uma resposta firme e rápida.

19. O atual modelo de governabilidade, pelo conservadorismo majoritário no Congresso Nacional e no Judiciário, e pelo boicote do programa eleito por parte do grande capital e meios de comunicação de massas, por si só, não terá condições de levar as mudanças necessárias para um novo padrão de desenvolvimento no país, que derrote o neoliberalismo, os setores monopolistas e a hegemonia do capital financeiro. Será fundamental um processo de franco diálogo e recomposição com os movimentos sociais e setores da esquerda e populares, partindo

daqueles que nos apoiaram no 2º turno, com muita paciência histórica por parte do PT, buscando canalizar os anseios e lutas populares para a disputa real do poder, a conscientização e mobilização da classe trabalhadora e o aprofundamento das reformas em curso.

20. É necessário reconhecer a dificuldade do nosso governo, nos primeiros anos, de abrir canais diretos de diálogo com os movimentos sociais. A baixa ou ausência de interlocução com alguns setores, provocou um certo distanciamento de uma parcela da nossa base social que sempre defendeu nosso projeto e garantiu a sustentação das nossas políticas públicas. As jornadas de junho cobraram uma nova postura institucional, que deve ser o patamar inicial de construção dos canais de relação, diálogo e participação dos movimentos sociais no segundo governo Dilma. Neste sentido, é fundamental recuperar o debate sobre o Projeto de Lei que cria a Política Nacional de Participação Popular.

21. O modelo de alinhamento político-eleitoral estabelecido pelo “Lulismo” apresenta sinais concretos de desgaste. Tendo como seus dois principais pilares o crescimento econômico e a distribuição de renda, essa frente de conciliação que sustentou os três primeiros governos petistas apresenta claros limites em meio à conjuntura de baixo crescimento econômico que impossibilita a conciliação que permitia que diversas frações de classes “ganhassem um pouco”. Os primeiros sinais desses limites vieram ainda no processo eleitoral, quando se deu a saída de parcela significativa da burguesia que esteve na base de sustentação política de Lula, da coalizão eleitoral de Dilma para apoiar Aécio.

22. O realinhamento político que sustentará o segundo governo Dilma deverá ser estabelecido a partir de um novo paradigma que, inerentemente, deverá iniciar um ciclo de enfrentamento de interesses, buscando diálogo com os movimentos sociais, aprofundando o debate sobre um novo modelo de participação popular com a retomada do debate sobre a Política Nacional de Participação Social. Essa será a condição para blindar o governo da direita que integra a sua base parlamentar e tenta, junto das forças de mercado, impor a agenda político-econômica derrotada para o governo eleito. Só assim o segundo governo Dilma poderá efetivar avanços sobre nosso próprio programa apresentados nas eleições.

CENÁRIO ESTADUAL

V) O período pré-eleitoral

23. O Partido dos Trabalhadores, no seu primeiro diretório pós- PED de 2013, numa demonstração de unidade partidária, aprovou, por unanimidade, resolução política defendendo a reeleição da presidenta Dilma e do governador Tarso Genro como prioridade política do período. Em nome dessa prioridade, ainda naquele diretório, colocou as vagas de vice e do senado para o debate com os partidos aliados. Do diálogo com os partidos, foi construída uma chapa majoritária consensual, onde o PTB abriu mão da indicação da vaga de vice para o PCdoB, possibilitando a indicação de Olívio Dutra ao Senado. Formamos assim a coligação Unidade Popular pelo Rio Grande, constituída de sete partidos: PT, PCdoB, PTB, PPL, PR, PTC e PROS. Também tivemos baixas nesse processo, com a retirada de dois partidos que fizeram parte dos três anos anteriores do nosso governo, o PSB e o PDT. Após ocuparem secretarias estratégicas na maior parte do governo, caso da Infraestrutura e da Saúde, esses partidos optaram por deixar o governo no ano eleitoral e constituir candidaturas de oposição.

24. É preciso lembrar por que ganhamos as eleições em 2010, e no primeiro turno. Naquela irrepetível conjuntura o presidente Lula deixava o poder com uma aprovação média de 80% dos eleitores, conforme os institutos de pesquisa. Na região sul a aprovação era um pouco menor, ou seja, “tão somente” 70% do eleitorado. Havia uma verdadeira onda Lula no país embalada por um crescimento de mais de 7 % do PIB, que culminou com a eleição da Dilma, e localmente com a eleição de Tarso Genro, ainda no primeiro turno. Além disso, o campo conservador no estado apresentava-se em crise por conta do (des)governo Yeda, e a incapacidade do ex-prefeito Fogaça em compreender os termos da disputa nacional optando pela “neutralidade ativa”! Somou-se a isso a densidade eleitoral e a qualidade de nosso candidato Tarso Genro, que soube retirar os dividendos de sua exitosa participação como ministro de Lula. A onda Lula teve fôlego suficiente para desmontar o campo conservador no primeiro turno das eleições no RS, mas no segundo turno Serra foi o vitorioso. Ou seja, o recado foi dado muito cedo pelo campo de centro-direita demonstrando grande capacidade de recomposição

por essas bandas.

25. O governo Tarso ao longo do mandato foi avaliado em média pelos institutos como bom e ótimo por 28 a 30% dos eleitores, regular por 40 a 42% e ruim/péssimo e sem nota por 28 a 30%. A nota média foi de 5,5 a 6 pontos. Portanto, os números não deixaram de demonstrar que a reeleição não seria uma tarefa fácil. Um conjunto de pesquisas evidenciavam, ainda, que a maior parte da população desconhecia as obras e investimentos realizados pelo governo do Estado.

VI) Tática eleitoral

26. O quadro eleitoral do cenário pré-eleição fortaleceu a construção de uma tática eleitoral de afirmação das realizações do governo. Apostamos no crescimento da candidatura a partir da apropriação, pela população gaúcha, das realizações do nosso governo, afirmadas a partir a imagem do próprio candidato no programa de rádio e TV. A racionalidade da linha de campanha adotada confiava na conquista dos votos daquele um terço da sociedade que avaliava o nosso governo como regular. Entendíamos que o eleitorado veria na continuidade do governo do PT a possibilidade concreta de conclusão das obras e investimentos em curso em todo estado.

27. Os valores inéditos investidos em saúde, educação, habitação e assistência social, a atração de importantes investimentos que alavancaram o desenvolvimento econômico do RS, a reestruturação da máquina do Estado e a crescente valorização do funcionalismo público, para elevar a qualidade dos serviços públicos prestados a população, nos fizeram entender que seria possível dialogar com aqueles setores da sociedade que as pesquisas apontavam como mais refratários a nossa candidatura, como as mulheres e a juventude.

28. Temos a avaliação que o nosso governo foi sem dúvida um dos melhores que nosso Estado já teve. Podemos comparar nossos resultados em investimentos em qualquer área com os dois governos neoliberais que nos sucederam somados e, ainda assim, seremos superiores. No entanto, a somatória de nossas realizações não se consolidaram, ao longo do governo, numa marca ou símbolo que pudesse traduzir ao senso comum uma síntese desses quatro anos. E a ausência desta ideia síntese fez com que entrássemos na campanha sem uma marca com força suficiente para disputar com as ideias de esperança e mudança apresentadas pelas candidaturas adversárias.

Realizações do Governo

29. Ao centramos nossa tática eleitoral na defesa das nossas realizações de governo talvez tenhamos superestimado a apropriação das nossas políticas públicas pelos setores diretamente beneficiados por elas. O trato republicano que o nosso governo teve com as prefeituras abriu espaço para que, em muitas delas, nossos adversários políticos assumissem a “paternidade” das obras e investimentos realizados ao mesmo tempo que mantinham críticas ferrenhas ao governo do Estado. Essa prática antiética e anti republicana de parte de nossos adversários políticos foi respaldada, na maior parte do tempo por setores mídia estadual e setores da imprensa dessas localidades.

30. Embora tenham sido realizadas relevantes ações em diversas Secretarias, as políticas para a juventude não conseguiram ter força necessária como ação de Governo e se constituir como um ativo junto a esse segmento fundamental para a disputa política atual, destacam-se as ações realizadas em função das jornadas de junho com o dialogo que gerou a lei do passe livre.

31. Apesar da correta reorientação estratégica, rompendo com as concepções neoliberais e conservadoras, e diversas ações concretas, o Governo não conseguiu constituir para a sociedade símbolos, em especial nas principais pastas como saúde, educação e segurança, capaz de transmitir a população suas prioridades e nosso projeto de forma clara. Essa hierarquização era ainda mais fundamental em razão das dificuldades financeiras do estado e o bloqueio permanente por parte do monopólio de comunicação. Os bons resultados não foram atribuídos a gestão e se diluíram nas relações federativas, sem capacidade de impactar o imaginário social sobre os temas, sendo que os problemas sempre eram extremamente explorados e a responsabilidade do Governo do estado reforçada.

32. Neste sentido, também subestimamos a alta expectativa de setores da população pela conclusão de

importantes obras de infraestrutura em curso no Estado. Infelizmente, perdemos muito tempo no início do governo para recuperar a máquina pública do estado de sucateamento em que encontramos. Assim, mesmo tendo realizado um número histórico de acessos asfálticos, termos reduzido as tarifas de pedágios no estado garantindo a manutenção das estradas, não conseguimos obter o voto de confiança da população para que pudéssemos concluir, num segundo mandato, as importantes obras em andamento no RS.

33. A dificuldade de construir esta síntese junto a maioria da população passa principalmente pela cobertura que setores da grande mídia do RS dedicou ao governo do Estado ao longo desses três anos e meio. Exemplos dessa cobertura podem ser verificados nas notícias sobre a atração dos investimentos da Celulose Riograndense e da situação das rodovias gaúchas após a constituição da EGR. No primeiro caso, o investimento que equivale a três FORDs não recebeu metade da repercussão que o rompimento de contrato pela montadora recebeu no governo Olívio. No segundo caso, a situação das estradas gaúchas, enquanto pedagiadas no modelo privatista do PMDB, não receberam um Raio-X detalhado como foi realizado logo após serem assumidas no novo modelo de pedágio pela EGR.

34. A política de comunicação do governo não teve ofensividade suficiente para reverter este quadro. A estratégia adotada não conseguiu fazer frente ao quadro de hegemonia midiática estabelecido no RS. A grande mídia seguiu sendo a principal formadora de opinião na sociedade. Apesar de corretos enfrentamentos feitos, Governo não teve êxito em construir novos marcos jurídicos e institucionais que denotassem uma política voltada a democratizar, pluralizar e diversificar a comunicação e a circulação de opiniões, o que é um requisito fundamental da qualidade democrática, em especial por meio das verbas estatais de publicidade, políticas de financiamento e inovação, garantindo-se a liberdade de expressão.

35. O Governo e o Partido deveriam ter envidado mais esforços nas eleições de 2012 para a consolidação do bloco político que dava sustentação ao governo, por meio de alianças compartilhadas com os aliados, em especial nas principais cidades, com isso o Governo terminou seu mandato com uma base partidária menor do que a de seu início.

O Primeiro turno

36. Desde o início, a campanha foi presidida pelo disputa nacional. No RS, a candidatura Tarso era a única alinhada com a presidenta Dilma. A senadora Ana Amélia apoiava Aécio Neves, mesmo seu partido, o PP, estando na base aliada de Dilma. Da mesma forma, José Ivo Sartori, do PMDB de Temer, apoiava a candidatura de Campos/Marina Silva. A polarização nacional foi também um divisor de águas no RS entre os que apoiavam as realizações do governo Dilma e os anti-petistas. O anti-petismo reuniu a direita do estado, os grandes empresários, setores da classe média e até mesmo setores das classes populares que passaram a se identificar com a competitividade e concorrência motivadas pelo consumo e acumulação capitalista.

37. Iniciamos a campanha eleitoral com todas as pesquisas apontando a polarização com a senadora Ana Amélia, do PP. Adotamos a tática de mostrar nossas realizações de governo e nossa identidade com a candidatura da presidenta Dilma. A decisão de priorizar a montagem das equipes de TV e Redes Sociais logo na arrancada da campanha, foi responsável pela ausência comunicação impressa da nossa candidatura, imobilizando a ação direta da militância no corpo a corpo com a população.

38. A militância voltou às ruas mas desamparada pela estratégia da coordenação de campanha que centrou todos os recursos na TV e em redes sociais, na ideia de que esses canais bastariam para fazer o esclarecimento das ações do governo e vencermos as eleições. Não houve a percepção do grau de polarização de classes que a campanha adquiriu e, portanto, da importância que a mobilização da base social e da militância e a campanha de rua teriam nesse processo eleitoral, o que se desdobrou na falta de orientação política as campanhas proporcionais para o vínculo de imagens, até a falta de materiais básicos de campanha ao longo da maior parte da campanha.

39. Avaliávamos, cautelosamente, ao longo do primeiro turno, as possibilidades de crescimento da candidatura Sartori, pelo receio de que pudéssemos repetir o fenômeno de 2002. Na maior parte do primeiro turno, todos os levantamentos apontavam para o crescimento da candidatura Ana Amélia, com o distanciamento da nossa candidatura no segundo lugar.

40. Da mesma forma que não queríamos uma reprise de 2002 também não podíamos correr o risco de ter a mesma sina de Rigotto e Yeda, governadores que tentaram a reeleição e não conseguiram chegar ao segundo turno. Foi a partir desta avaliação que fizemos a opção de enfrentamento com a candidatura do PP já no mês de setembro, quando começamos a reduzir a diferença nas pesquisas entre o governador Tarso Genro e a candidata Ana Amélia. No entanto, não tivemos este mesmo cuidado em relação à candidatura do PMDB, que só passou a receber nossa atenção no 2º turno.

41. A derrocada da senadora se deu pelo tema da ética, a partir de notícias que demonstraram que a mesma ocupou cargo de confiança no gabinete do seu marido, que era senador, ao mesmo tempo em que trabalhava na RBS. Esta informação, somada à sonegação de bens na sua declaração à justiça eleitoral, fez com que setores da classe média desembracassem da sua candidatura. Esses mesmos setores já impuseram à ex-governadora Yeda Crusius sua derrota no primeiro turno, em 2010, frente às graves denúncias de corrupção no Detran.

42. Diante das denúncias sobre a Petrobras que tomavam conta de todos os noticiários, com vazamento de informações seletivas anti-PT, a nossa candidatura não se constituiu em alternativa para esses setores, que acabaram fazendo a opção pela candidatura Sartori. Outro fator importante a considerar é o peso da eleição nacional durante todo o processo. No primeiro turno, a candidatura Sartori só começou a dar mostras de crescimento a partir da morte de Eduardo Campos. Ao abrir apoio à Marina, o ex-prefeito de Caxias do Sul colocou seu crescimento na representante do PSB – partido que durante os últimos três anos participou do governo Dilma e do nosso governo no Estado. A ex-senadora contabilizou mais de 700 mil votos no RS.

43. Com todas essas adversidades e tendo que enfrentar a cultura da alternância no poder que marca as eleições gaúchas, o governador Tarso Genro fez 32,57% dos votos no primeiro turno. Para surpresa geral, José Ivo Sartori chega em primeiro lugar, ultrapassando Ana Amélia e Tarso, num crescimento meteórico não detectado por nenhum instituto de pesquisa. Até mesmo a boca de urna do Ibope apontava o candidato do PMDB tecnicamente empatado no segundo lugar com a senadora Ana Amélia.

44. Além do feito de levarmos a disputa para o segundo turno, o PT/RS elegeu as maiores bancadas, com 11 vagas na Assembleia Legislativa e sete vagas na Câmara Federal. Reduzimos três cadeiras no Legislativo Gaúcho, sendo que dessas três, duas são mulheres, embora a legenda do PT mais uma vez tenha demonstrado sua força e seu fôlego mesmo frente ao fogo cerrado das denúncias da mídia, somando 150 mil votos.

Segundo turno

45. Chegamos ao final do primeiro turno somando 32,57% dos votos contra 40,40% obtidos por José Ivo Sartori. Nosso adversário adotou o slogan “O Rio Grande é o meu Partido”, dialogando, de forma oportunista, com o rechaço de parte da população à política partidária evidenciado desde as jornadas de junho. Fez parte da sua tática não apresentar propostas nem programa de governo, aparecendo como o candidato que “não promete mas faz”. Beneficiado pela posição ocupada em todas as pesquisas eleitorais do 1º turno, onde não polarizou nem com o PT nem com o PP, Sartori chegou ao 2º turno incólume.

46. Com uma vantagem de mais de 10 pontos percentuais nas primeiras pesquisas do segundo turno, o candidato deu-se ao luxo de brincar com temas importantes como o Piso do Magistério, momento da campanha onde passou a perder votos, reduzindo sua vantagem no decorrer do segundo turno. No entanto, o golpe montado pela Revista Veja – no RS milhares de capas foram distribuídas nas caixas de correspondências das pessoas em todas as regiões do estado – somado ao vazamento eleitoral de uma investigação sobre recursos do Pronaf realizada pela Polícia Federal fizeram com que a candidatura do PMDB voltasse a subir na reta final do segundo turno, totalizando 61,21% dos votos contra os 38,79% obtidos pela nossa candidatura.

As pesquisas eleitorais

47. Tanto no 1º quanto no 2º turno as pesquisas eleitorais mostraram-se pouco ou nada confiáveis. Várias delas superaram em muito a margem de erro. Mesmo as pesquisas contratadas pela campanha não conseguiram medir o crescimento das candidaturas Sartori e Aécio. A diferença mais gritante se deu na pesquisa de boca de urna realizada no primeiro turno no RS, que apontou a vitória de Olívio ao Senado e o primeiro lugar para Tarso Genro para governador.

48. Neste contexto, os institutos deverão rever suas metodologias de aferição da opinião pública, frente às novas dinâmicas de formação de opinião com o advento das redes sociais e da popularização da banda larga. Ao que tudo indica tivemos dois fenômenos não detectados pelos instrumentos de pesquisa: a volatilidade do voto -o(a) eleitor(a) mudava rapidamente sua intenção de voto em intervalos de tempo muito curto – e o voto não declarado (escondido) de parte do eleitorado. Enquanto não identificarmos bem esse processo, devemos garantir nossos próprios instrumentos de pesquisa na definição das estratégias e táticas de campanha.

VII) Campanha ao Senado

49. No início da campanha eleitoral, o candidato saído da RBS, Lasier Martins, despontava como grande favorito na corrida ao Senado, sem adversários que lhe fizessem sombra. Neste quadro, a Unidade Popular pelo Rio Grande, com amplo consenso, lança a candidatura de Olívio Dutra ao Senado. Afastado das disputas eleitorais desde 2006 e dedicando-se à construção do PT em todo Estado, Olívio Dutra não se furtou ao apelo do PT e dos aliados de que colocasse seu nome à disposição em mais uma disputa eleitoral.

50. A estratégia adotada pela coordenação foi de unir as duas campanhas – Olívio e Tarso – sob o mesmo comando, buscando sintonia de ação e propostas. Essa decisão, entretanto, colocou a candidatura ao Senado na dependência das mesmas fontes de arrecadação da campanha ao governo do Estado. O atraso na impressão de materiais e no visual da campanha no caso da eleição ao Senado foi determinante.

51. Outro fator que pesou foi que o nosso adversário era protagonista do discurso de ódio ao PT, atraindo diversos setores da direita no RS para a sua candidatura. Também pesou, na reta final do primeiro turno, o chamado ao voto útil em Lasier Martins como “a única candidatura capaz de impedir que o PT conquistasse mais uma cadeira no Senado”. A comparação entre a votação de Sartori e a votação de Pedro Simon deixa evidente esse deslocamento de votos pró-Lasier.

52. Mesmo disputando contra o representante da RBS aqui no estado, mesmo estando afastado a quase 10 anos das disputas eleitorais, mesmo com uma campanha extremamente modesta, Olívio Dutra foi um guerreiro incansável e obteve 35,31% da votação ao Senado, somando 2.024.417 votos, apenas 121.062 votos a menos que o candidato vencedor. Na capital gaúcha, onde foi prefeito, Olívio chegou a abrir quase 10 pontos percentuais de vantagem em relação ao adversário.

53. O Partido dos Trabalhadores do RS manifesta seu orgulho e sua honra de contar na sua linha de frente com um militante como Olívio Dutra. Estaremos ao lado de Olívio lutando incansavelmente pela Reforma Política e pela Democratização da Mídia para acabar com distorções nas campanhas eleitorais como o que aconteceu na disputa para o Senado.

VIII) A força da militância

54. Falar dos resultados eleitorais obtidos exige da direção partidária um reconhecimento à militância do PT, responsável pela votação conquistada tanto para a chapa majoritária quanto para as candidaturas proporcionais. Mesmo diante de uma campanha com grandes adversidades – denúncias de corrupção na mídia golpista e falta de recursos financeiros – a nossa militância não se deixou intimidar e foi às ruas defender o nosso projeto político vitorioso no país.

55. Essa foi a campanha da volta da alegria e da paixão militantes, da criatividade para superar a falta de dinheiro, da doação espontânea, do amor que venceu o ódio. Nossos mais calorosos aplausos à militância do PT e da Unidade Popular!

IX) O PT/RS na Oposição

56. Ao longo desse texto fizemos uma análise do cenário eleitoral, da tática e estratégia adotada pelo PT e seus aliados. Apontamos nossos pontos fortes e nossos limites e como estes influenciaram no resultado eleitoral. Entendemos que os erros ou equívocos de avaliação que aqui apresentamos não foram determinantes para o resultado eleitoral obtido. Mas reconhecemos que, no somatório, talvez pudessem ter influenciado na diferença obtida pelo candidato vencedor.

57. Um dos fatores que pesou na nossa derrota foi a “cultura da mudança” incorporada ao pensamento da

maioria da população. A campanha de nosso adversário foi mais eficaz em atrair para sua candidatura esse voto de mudança. A maioria da população gaúcha atribuiu ao PT a volta à oposição. E este papel que vamos exercer com muita responsabilidade e de forma muito consequente

X) Desafios do Próximo Período

58. O PT/RS tem o enorme desafio de organizar a defesa do governo Dilma e da democracia, bem como fortalecer a oposição ao governo Sartori no RS. Mais do que isso, precisamos estar preparados para defender o legado do governo Tarso Genro. Eleito sem projeto, com um verdadeiro cheque em branco concedido pela maioria do eleitorado gaúcho, Sartori buscará justificar no nosso governo a sua falta de ação, de obras e de investimentos.

59. Para dar conta dessa enorme tarefa, o PT/RS precisa retomar com toda força sua organização partidária, reconstituindo as direções municipais onde não houve eleição no PED, acelerando o registro das direções que ainda não o fizeram, elaborando um amplo calendário de plenárias de organização e formação política em todo estado. O fortalecimento da nossa organização passa pela eleição das novas coordenações regionais em março de 2015, a realização da etapa estadual do V Congresso do PT, pela constituição de um fórum permanente de partidos e movimentos sociais em defesa da democracia, da reforma política e da democratização da mídia.

60. Necessitamos adotar novas dinâmicas organizativas que deem conta de abarcar a participação dos setores da sociedade que se aproximaram da nossa campanha, em especial a juventude, as mulheres e o povo negro. Estas novas dinâmicas nos exigirão investir cada vez mais na comunicação e na formação política, ferramentas fundamentais para a nossa disputa numa sociedade cada vez mais polarizada.

Porto Alegre, 22 de Novembro de 2014

Eliane Silveira
Secretária-Geral

Ary Vanazzi
Presidente PT/RS